

CAPÍTULO I

A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA COMO MECANISMO DE SUBJETIVAÇÃO NO CURRÍCULO NEOLIBERAL

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/ltt01>

Fabício Filisbino ¹

Ricardo Luiz de Bittencourt ²

Dieniffer da Costa Martins ³

¹ Graduado em Filosofia e Pedagogia. Doutorando em Educação pelo PPGE/UNESC. Integrante do Grupo de Pesquisa Políticas, Saberes e Práticas de Formação de Professores. Bolsista CAPES/UNESC. Professor da rede estadual de Santa Catarina. E-mail: fabriciofili@gmail.com

² Graduado em Filosofia e Pedagogia. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Integrante do Grupo de Pesquisa Políticas, Saberes e Práticas de Formação de Professores. Professor da rede estadual de Santa Catarina e da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. E-mail: rlb@unesc.net

³ Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Integrante do Grupo de Pesquisa Políticas, Saberes e Práticas de Formação de Professores. Bolsista PIBID/UNESC. E-mail: dieniffermartins123@gmail.com

INTRODUÇÃO

A crescente incorporação do empreendedorismo nos currículos escolares tem produzido novas formas de pensar a educação e o próprio papel do estudante. No contexto do Novo Ensino Médio brasileiro, observa-se a disseminação de um discurso que associa autonomia e sucesso à capacidade de empreender. Essa tendência, sustentada por políticas públicas e por organismos internacionais, tem promovido uma reconfiguração nas práticas pedagógicas e nos modos de subjetivação contemporâneos.

Este artigo parte da inquietação de um professor de Ciências Humanas da rede estadual de Santa Catarina diante dessa pressão crescente para formar estudantes empreendedores. Tal inquietação conduz à seguinte pergunta de pesquisa: como a educação empreendedora opera como mecanismo de subjetivação no currículo neoliberal?

A partir dessa problematização, o objetivo geral consiste em compreender a educação empreendedora como mecanismo de subjetivação no currículo neoliberal. Para tanto, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos: analisar a subjetivação como pressuposto dos modelos socioeconômicos; explicitar as reconfigurações do currículo neoliberal; e discutir a educação empreendedora frente aos mecanismos de subjetivação.

O percurso teórico-metodológico fundamenta-se na abordagem de matriz foucaultiana, buscando compreender os modos de

constituição do sujeito a partir das práticas discursivas e dos dispositivos educacionais. Assim, o estudo constrói relações entre o pensamento de Michel Foucault, os aportes críticos de Dardot e Laval sobre a racionalidade neoliberal e as formulações contemporâneas sobre o currículo e a educação empreendedora. As análises são apoiadas em produções culturais, metáforas mitológicas e livros didáticos do Novo Ensino Médio, particularmente os de *Projeto de Vida e Ciências Humanas*, a fim de examinar como os discursos do empreendedorismo são veiculados e internalizados como práticas de si.

A estrutura do capítulo desenvolve-se nos seguintes movimentos: inicialmente, discute-se o conceito de subjetivação e sua relação com os modelos socioeconômicos; em seguida, analisam-se as reconfigurações do currículo na racionalidade neoliberal; posteriormente, examina-se a educação empreendedora como prática de subjetivação; e, por fim, apresentam-se reflexões críticas sobre os efeitos dessa racionalidade, ilustrados pelo mito de Ícaro, que simboliza os riscos de se tomar o empreendedorismo como solução universal para as contradições do capitalismo contemporâneo.

A SUBJETIVAÇÃO E OS MODELOS SOCIOECONÔMICOS

Conta-se que Licurgo, o grande legislador de Esparta, teria alimentado inicialmente dois cachorrinhos de uma ninhada com o mesmo leite, mas depois manteve um deles dentro da cozinha, e o animal foi engordado ao longo do tempo, ao

passo que deixou o outro habituar-se a viver nos campos, ouvindo o som da trompa e da corneta de caça. Mais tarde, para mostrar aos lacedemônios que os homens se comportam com o modo como são criados, Licurgo levou os dois cachorros à praça do mercado e pôs diante deles, a uma certa distância, um prato de sopa e uma lebre. Soltos, um dos cães foi em direção ao prato, e o outro correu atrás da lebre. E, no entanto, ambos pertencem à mesma ninhada, disse ele (La Boétie, 2016, p.39).

A narrativa presente no *Discurso da Servidão Voluntária*, de Étienne de La Boétie (1530-1563), pode ser compreendida como uma chave de leitura para refletir sobre o modo como as práticas educativas se articulam às práticas de governo e de subjetivação. É mais eficaz moldar os hábitos e as condutas de um sujeito desde a infância do que transformá-los na vida adulta. Assim, a educação opera como um mecanismo de constituição de sujeitos adaptados às normas e expectativas sociais, de modo que dificilmente conseguem imaginar outras formas possíveis de existência além daquelas que lhes foram apresentadas desde o início de sua formação.

Por isso, nos últimos séculos, e de modo mais intenso nas últimas décadas, observa-se um crescente interesse pelo processo educativo de crianças e jovens, tanto entre os filhos das elites quanto entre os das classes populares. Tal interesse não decorre apenas do desejo por uma sociedade letrada, civilizada ou emancipada, mas expressa, sobretudo, a necessidade de consolidar e perpetuar um sistema econômico que se

sustenta pela escola e pela educação como instrumentos de governança e manutenção da ordem social.

A proposta, no entanto, não consiste em emitir juízos de valor ou estabelecer um lado certo ou errado, mas em compreender os modos pelos quais determinadas práticas de governo se constituem e operam na produção de subjetividades. Inspirada no que Foucault (2013) descreve como uma genealogia cinza, trata-se de um caminho de investigação voltado à observação dos acontecimentos ordinários, das técnicas e dos discursos que sustentam formas específicas de governo e de condução das condutas. O interesse não está nas respostas ou prescrições, mas nos processos que tornam possível a emergência dessa racionalidade educativa e nos efeitos que produz sobre os sujeitos.

O modelo disciplinar, tal como descrito por Foucault em *Vigiar e Punir* (2004) e *História da Sexualidade I* (2014), nos ensinou que é possível transformar uma massa amorfa de humanos⁴ em uma sociedade organizada e produtiva. Inegável é que a disciplina funcionou muito bem desde o período histórico no qual foi empregada, séculos XVII, XVIII e XIX. Como ocorre em diferentes momentos históricos, práticas antigas são reelaboradas sob novas formas, de maneira que o sistema disciplinar resulta de um conjunto de expertises oriundas do modelo monástico, posteriormente, aperfeiçoadas por outros setores da sociedade, como o da saúde.

⁴ Opta-se pelo termo *humanos* apenas por conveniência de leitura, ciente de que Foucault evita essa designação em razão de suas implicações com a tradição humanista. A escolha busca contornar o uso do termo *homem*, centrada na figura masculina como representação universal da humanidade, o que se mostra inadequado no contexto contemporâneo, sem recorrer a expressões que soariam artificiais ou metafóricas. Trata-se, portanto, de uma opção terminológica provisória, reconhecendo seus limites conceituais.

O cuidado meticuloso com o tempo, a divisão quadricular do espaço e a fragmentação minuciosa das atividades visavam não apenas extrair o máximo de utilidade do corpo, mas também produzir sua docilidade e evitar desperdícios de recursos e de tempo. Esses procedimentos, descritos por Foucault (2004), revelam a racionalidade disciplinar que organizou os espaços e os sujeitos nas instituições modernas, articulando o controle minucioso dos corpos às demandas emergentes da produção capitalista. Nesse contexto, a escola assumiu papel central na formação de uma força de trabalho ajustada às exigências da indústria, convertendo-se em um aparato estratégico para a normalização das condutas e para a reprodução das relações de poder que sustentaram o desenvolvimento do sistema capitalista.

Com o avanço das práticas disciplinares e a intensificação das tecnologias industriais, a indústria progrediu, chegando até sua versão 4.0, caracterizada pela integração das tecnologias digitais avançadas, como internet das coisas (IoT), inteligência artificial, *big data* e computação em nuvem, de forma a promover a transformação dos processos de fabricação, a automação inteligente, a comunicação entre máquinas e a tomada de decisões baseada em dados em tempo real (Filisbino *et al.*, 2025).

Diante disso, a economia política, impulsionada pela indústria, precisou se modificar, o que resultou no que chamamos de neoliberalismo. Foucault em *O Nascimento da Biopolítica* (2008), curso ministrado no Collège de France entre 1978-1979, analisa a emergência do neoliberalismo como uma racionalidade política e econômica baseada na noção

de governança, com ênfase no papel do mercado na regulação da sociedade e a importância do indivíduo como empreendedor de si mesmo.

A partir dos anos 1970, o neoliberalismo emergiu como um paradigma dentro do sistema capitalista, marcado pela aparente redução do papel do Estado, que, na prática, fortalece sua atuação em prol da defesa e expansão dos interesses do mercado. Esse projeto, permeado por discursos persuasivos, progressivamente impõe à opinião pública a crença na necessidade de reformas no mundo do trabalho para garantir a estabilidade econômica (Souza; Assunção, 2017).

Na América Latina, essa dinâmica se refletiu na iniciativa dos grupos econômicos dominantes em abrir os mercados à concorrência internacional, ao mesmo tempo em que se observava a redução das instituições de proteção social outrora sob sua responsabilidade (Souza; Assunção, 2017). Essa aparente dicotomia entre redução do Estado e seu papel ativo no fortalecimento do mercado revela uma intrincada dinâmica entre poder econômico e político, permeada por interesses de classe e ideologias dominantes. Em contraste com o liberalismo clássico, o neoliberalismo utiliza a máquina estatal como uma mola propulsora do mercado.

Com as reformulações políticas e as novas exigências do cenário de trabalho, o antigo modelo disciplinar já não dava conta de produzir o tipo específico de trabalhador para a sociedade desejada. Foi, então, que o neoliberalismo se entrelaçou à estrutura educacional, moldou suas funções em conformidade com as demandas da indústria e das necessidades profissionais. Nessa conjuntura, preconizou-se a forja

de “uma escola moderna, atualizada, comprometida com o mercado de trabalho, ou seja, orientada para sobreviver às novas demandas no mundo globalizado e competitivo” (Souza; Assunção, 2017, p. 54).

Em suma, o que está em pauta não é o desaparecimento das técnicas de poder disciplinar, mas a sua rearticulação. As práticas de vigilância e normalização que outrora operavam sobre os corpos deslocam-se para o campo da gestão de si, orientando o indivíduo a governar sua própria vida segundo parâmetros de eficiência e produtividade. Essa transformação marca o deslocamento do poder disciplinar, centrado na obediência, para um poder neoliberal, que opera pela indução à uma suposta autonomia e pela responsabilização individual.

AS RECONFIGURAÇÕES DO CURRÍCULO NEOLIBERAL

O contexto educacional brasileiro, a partir da década de 1990, passou a ser progressivamente permeado por reformas orientadas por redes de políticas neoliberais. Essas reformas foram impulsionadas pela atuação de organismos internacionais como o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). Tais instituições difundiram a concepção de que o Estado é ineficiente e de que a iniciativa privada representa o modelo de eficácia e inovação a

ser seguido. Como resultado, consolidou-se a ideia de que a educação deveria se organizar segundo princípios empresariais, baseados em produtividade, desempenho e competitividade (Pavan; Backes, 2016).

Esse movimento não é exclusivo do Brasil. Conforme Ball (2010), a educação passou a integrar um circuito global de políticas que favorece a mercantilização e a privatização dos sistemas de ensino, ainda que em graus e formas distintas entre os países. Trata-se de um processo de alcance transnacional, que atravessa currículos, metodologias, avaliações e formas de gestão, configurando novas formas de governança educacional. A expansão dessas políticas combina pressões externas, vinculadas à atuação de organismos financeiros e corporações multinacionais; e dinâmicas internas, expressas na introdução de mecanismos de mercado na administração das escolas públicas.

Um dos exemplos mais expressivos desse processo é a formulação da BNCC. Embora apresentada como uma política pública voltada à melhoria da qualidade da educação, sua elaboração esteve fortemente associada a fundações empresariais, consultorias privadas e especialistas vinculados ao setor corporativo, em detrimento da ampla participação de professores, sindicatos e movimentos sociais (Souza; Martiniak; Valle, 2025). O resultado foi a produção de um currículo nacional alinhado às demandas do mercado de trabalho e aos discursos de empregabilidade, reforçando a lógica da educação voltada à formação de competências e à gestão eficiente de resultados.

O que está em pauta, portanto, é a necessidade de afirmação de habilidades e competências adequadas à indústria 4.0, não basta um

sujeito individualizado e ordeiro, é mais interessante o desenvolvimento de um olhar cooperativo e criativo. Por isso, o sujeito competente, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), deve ter: conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação; empatia e cooperação; autonomia e protagonismo; consciência ecológica. Mas, sobretudo, ele precisa ser um empreendedor de si mesmo.

Nesse cenário, não se observa uma privatização integral da educação pública, todavia sua reconfiguração curricular pela racionalidade empresarial. Como aponta Ball (2010), os serviços educacionais tornaram-se campos estratégicos de investimento e lucro, com o Estado assumindo o papel de financiador e regulador. A privatização, sendo assim, manifesta-se em múltiplas dimensões, da gestão escolar e da produção de materiais didáticos à oferta de plataformas digitais e programas de formação, o que instaura uma nova cultura de performatividade e *accountability*.

Nesse arranjo, ainda que formalmente pública, a escola passa a ser administrada segundo parâmetros de eficiência e competitividade próprios do setor privado. Como analisam Gandin e Lima (2015), o Estado deixa de assegurar a educação como direito social, assumindo o papel de regulador e fiscalizador da ação privada. A oferta pública é, assim, convertida em um serviço subordinado a critérios de produtividade, eficácia e rentabilidade.

Para que essa racionalidade se efetive, é necessário operar uma mudança nas subjetividades, nos modos de pensamento e nas formas

de organização dos indivíduos. Por essa razão, o neoliberalismo, a partir de múltiplas fontes e dispositivos, tem investido intensamente nessa construção discursiva, uma vez que os discursos não apenas descrevem o mundo, mas produzem realidades.

MUDANDO O MINDSET

De acordo com a Sociedade Brasileira de Coaching (SBC, 2025)⁵, para tornar os sujeitos empreendedores é preciso mudar o *Mindset*, ou seja, a forma como as pessoas pensam sobre as coisas, sobre si mesmas, sobre a vida. Aspecto muito similar àquilo que se encontra nos livros didáticos de Projeto de Vida do Novo Ensino Médio:

“Configurar” o cérebro significa mudar a forma de pensar de acordo com a situação, ou seja, mudar o modelo mental. Pessoas que cultivam um modelo mental positivo costumam colocar-se na posição de protagonistas da própria vida e escolhem, de modo autônomo, como podem melhorar a cada dia e a cada situação (Fraiman, 2020, p. 62).

A recomendação do livro didático do componente curricular Projeto de Vida é clara: identifique o objetivo que deseja alcançar. Mantenha sua mente otimista e positiva, com um modelo mental de

⁵ Veja o site da associação disponível em: <https://sbcie.com.br/>. Acesso em: 11 de out. 2025.

crescimento. Seja proativo, faça acontecer. Lute por seu objetivo com alegria. Reprograme seus comportamentos não tão positivos. Reconheça claramente onde está no momento (Fraiman, 2020, p. 65).

O livro propõe vencer as vulnerabilidades: “não é possível escolher as situações que se deseja viver, mas é possível escolher o modo como se deseja passar por elas” (Fraiman, 2020, p. 31). As dúvidas e as inseguranças são próprias dos seres humanos; porém, mais importante é saber, apesar disso, da possibilidade de prosseguir, sem certezas ou garantias, mas com determinação, para ter a chance de viver uma vida plena, aceitando quem se é e o que se sonha, com dignidade e valor próprio.

A relação entre Psicologia Positiva e modelos mentais é notável na medida em que ambos buscam influenciar a maneira como os indivíduos pensam e percebem o mundo ao seu redor. Teóricos como Carol Dweck (2017), conhecida por sua pesquisa sobre *mindset*, e Martin Seligman (2019), um dos pioneiros da Psicologia Positiva, destacam a importância de moldar/adestrar os padrões de pensamento para promover o bem-estar e o sucesso pessoal. Ao reconfigurar os modelos mentais, as pessoas podem adotar uma postura de crescimento, permitindo-lhes enfrentar desafios com resiliência e determinação, características ditas fundamentais para o florescimento humano.

A articulação entre os discursos de mudança de mentalidade e os processos de subjetivação evidencia um deslocamento das formas tradicionais de governo para mecanismos mais sutis de autogestão. Essa modalidade de subjetivação opera pela interiorização de práticas de autocuidado e aperfeiçoamento contínuo, nas quais o sujeito é chamado a

gerir a própria vida segundo ideais de desempenho e superação. Ainda que orientada por referências externas, essa dinâmica torna a ascensão pessoal uma tarefa moralizada e internalizada, inscrita na lógica da responsabilidade individual.

A subjetivação pelo cuidado de si mesmo (*epiméleia heautou*) é um conceito grego complexo e rico, enraizado na cultura grega e discutido na obra *História da sexualidade 3* (Foucault, 2009). Esse termo refere-se à prática de cuidar de si, preocupar-se com a própria formação, caráter e virtudes. Diferentemente do modelo disciplinar, com as imposições de vigilância e punição, essa forma de subjetivação é internalizada, tornando os valores parte integrante do sujeito. Enquanto na disciplina é possível identificar o detentor da ordem e criticá-lo, no processo de autossubjetivação, a autocritica prevalece, pois parece que o indivíduo escolheu ser como é, embora nem sempre essa percepção corresponda à realidade.

A dominância dos discursos sociais, como exemplificado no livro didático, exerce um poder significativo ao estabelecer e legitimar determinados padrões de pensamento e comportamento, muitas vezes, relegando outras formas de ser e agir à margem. Nesse contexto, a ênfase na transformação do *mindset* pode, inadvertidamente, reforçar ideais de produtividade, competitividade e individualismo, negligenciando as questões socioeconômicas e impor limitações desproporcionais a certos grupos.

O EMPREENDEDOR DE SI

O livro didático da área de Ciências Humanas para o Novo Ensino Médio traz a definição de empreender como “colocar em prática, realizar uma tarefa de difícil execução. Um de seus derivados, o termo empreendedorismo, está em evidência atualmente, ligado a capacidade de criar negócios, fornecer produtos e serviços” (Boulos Junior *et al.*, 2020, p. 108). O sujeito empreendedor é descrito como aquele que identifica novos *problemas oportunidades* para desenvolver soluções inovadoras, criativas, ao mesmo tempo gerando renda ao empreendedor e impactos sociais positivos (Boulos Junior *et al.*, 2020).

Por outro lado, emerge a visão do empreendedorismo como uma resposta neoliberal ao desemprego, com muitos indivíduos que “não encontram recolocação no mercado de trabalho e lançam-se ao empreendedorismo” (Boulos Junior *et al.*, 2020, p. 110). Essa aparente solução torna-se ainda mais pronunciada em momentos de crise, como durante a pandemia de COVID-19, em maio de 2020, quando os índices de desemprego no Brasil atingiram 12,9 milhões de pessoas, o que impulsionou o empreendedorismo por necessidade (Boulos Junior *et al.*, 2020).

A abordagem do empreendedorismo como solução para o desemprego desvela uma perspectiva que, ao invés de tratar as raízes estruturais do problema, atribui a responsabilidade ao indivíduo pela sua falta de criatividade diante de circunstâncias adversas. O empreendedorismo passa a ser o “caminho central para construir mecanismos de geração e

distribuição de renda e disseminação de tecnologias e práticas inovadoras” (Boulos Junior *et al.*, 2020, p. 110).

Essa construção discursiva do livro didático (Boulos Junior *et al.*, 2020) projeta o Brasil como um espaço naturalmente vocacionado ao empreendedorismo, sustentando-se em representações culturais e econômicas que exaltam a iniciativa individual e a superação das adversidades. A ideia de uma “capacidade empreendedora genuína dos brasileiros” converte traços históricos de improvisação e resistência em competências valorizadas pelo mercado e desloca o foco das desigualdades estruturais para o mérito pessoal. Da mesma forma, o apelo à “força para superação de dificuldades e desafios” reforça a moral da resiliência individual, despolitizando as condições materiais que produzem tais desafios. A “abertura do mercado a novos negócios e tecnologias” e a implementação de “programas governamentais que promovem o empreendedorismo” expressam a incorporação da racionalidade neoliberal às políticas educacionais e econômicas, nas quais o investimento em si mesmo substitui o direito social e a ação coletiva como motores de transformação. Assim, o empreendedorismo é elevado à condição de valor social e moral, que produz sujeitos ajustados às demandas de autogestão, competitividade e permanente desempenho.

Essa perspectiva empreendedora como solução neoliberal ecoa nas ideias de Michel Foucault sobre a transformação do *homo oeconomicus* no empresário de si mesmo:

O *homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro da troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda (Foucault, 2008, p. 311).

O discurso neoliberal convoca os indivíduos a se conceberem como entidades empresariais, em conformidade com os princípios da ideologia capitalista remodelada, um sujeito-empresa. Dentro desse contexto, há uma construção discursiva endossando a ideia de que ao adotar o papel de empresário ou empreendedor, o indivíduo assume tanto os benefícios quanto às responsabilidades inerentes a essa posição. No entanto, a sustentabilidade de seu empreendimento, bem como a sua própria, não é garantida. Frequentemente, encontra-se em uma posição de concorrência precária no mercado, em que se assemelha mais a um trabalhador autônomo do que a um empresário (Cândido, Silva, 2022).

A observação dessa construção discursiva é intrigante, pois tende a obscurecer a presença da exploração, ao mesmo tempo que enfatiza as potenciais vantagens de ingressar no universo empresarial, ainda que essas sejam acessíveis apenas a uma minoria. Assim, o sujeito-empresa se vê, frequentemente, isolado na administração de seu próprio negócio, sem reconhecimento adequado das dinâmicas de po-

der e desigualdade subjacentes ao contexto empresarial contemporâneo (Cândido, Silva, 2022).

Cada indivíduo, na lógica neoliberal, passa ser uma unidade de investimento e uma potência empreendedora: considerando-se a si próprio como um empreendimento, cada sujeito aceita de antemão a ideia de que sua eventual ruína ou exclusão se deve ao fato de não ter feito os investimentos certos nos momentos certos. Em tal lógica, mercado e Estado se aproximam e se fundem em momentos estratégicos e, principalmente, na educação dos sujeitos e nos investimentos sobre as condições de vida da população. Mercado e Estado tornam-se parceiros aliados na capitalização dos indivíduos (Fabris; Lopes, 2013, p. 57).

O empreendedor é aquele que se adapta às regras impostas pelo mercado, em que a competição desempenha um papel crucial. Na sociedade neoliberal, a concorrência é inerente ao funcionamento do mercado. Assim, cada participante busca, de maneira constante, superar os outros e a si mesmo em uma luta contínua pela liderança e sobrevivência. Esse processo de autotransformação é alimentado pela necessidade de superação na dinâmica competitiva. Segundo a análise de Dardot e Laval (2014), essa competição gera um efeito contagioso, leva os participantes a imitar os mais bem-sucedidos, aumenta sua vigilância e, progressivamente, fomenta o desenvolvimento do empreendedorismo, que emerge como a força motriz por trás da competição. “Orientados pelas lógicas

empresariais do empreendedorismo, da competição, da individualização e da responsabilização. O fracasso ou o sucesso seriam então atribuídos aos resultados das escolhas de vida e não mais a fatores externos, tais como crises econômicas” (Pizolati, 2020, p. 525).

Para sintetizar as ideias que expressamos neste tópico, cabe lembrar das palavras de Agostinho Carrara, da série *A Grande Família* da Tv Globo, no episódio em que a cooperativa de táxi de Agostinho está a um passo da falência. Ele pede um empréstimo para Lineu, mas acaba sendo castigado pela família por sua falta de responsabilidade:

É... vida de empreendedor não é fácil não. Eu sendo meu empregado, eu mando em mim. Agora, se eu quiser ir embora, o problema é esse. Eu tenho que pedir as contas a quem? A mim mesmo, porque eu sou empregado e sou patrão. Então, eu tenho que pagar a minha indenização, meu décimo terceiro, minhas coisas, né? Então o que eu faço? Eu não faço nada. Eu só trabalho e não peço demissão, por que eu também não quero pagar meus direitos trabalhistas. É caro (Adriana Falcão, 2011).

A fala de Agostinho Carrara, embora situada no campo do humor cultural televisivo, sintetiza com precisão a lógica neoliberal de autossubjetivação. O personagem expressa o paradoxo do sujeito-empresa: ser simultaneamente patrão e empregado de si, responsável por sua produtividade e por suas próprias garantias. Um discurso que dramatiza a transferência de riscos e deveres do Estado e das instituições

para o indivíduo, que internaliza a obrigação de gerir sua existência como um empreendimento. Sob a aparência da autonomia, instala-se uma forma de sujeição que transforma a autogestão em autovigilância e o trabalho sobre si em exigência constante de desempenho. Assim, o humor popular revela aquilo que Foucault (2008) descreve como o núcleo da racionalidade neoliberal: a produção de sujeitos que, sob a aparência de liberdade, aprendem a governar a si mesmos segundo as lógicas do mercado.

O Sucesso de Ícaro

A educação na perspectiva do neoliberal “é um grande projeto de assujeitamento: o sujeito é afetado pela ilusão de aprender a empreender (ou empreender para aprender)” (Cândido, Silva, 2022). Estatisticamente, o que ocorre é a massiva maioria de sujeitos-empresa aprisionados ao cadastro de microempreendedores endividados, falidos ou desalentados, não por falta de investimentos na formação de si, ou do seu negócio, mas por um mercado cada vez mais cruel e competitivo, no qual apenas os maiores sobrevivem (Cândido, Silva, 2022).

Desse modo, se o sujeito-empresa regularmente convive com o medo da falência, do risco de fracasso financeiro, e mesmo emocional, as escolas precisam educar o sujeito para lidar com o incerto, com o perigo de uma vida sem garantias. Em resumo, a educação se transformou, para Foucault (2008), em formação da “competência-máquina”, o que

Dardot e Laval (2014) descreveram como “processo de formação de si”, e Cândido, Silva (2022) identificaram como educação empreendedora.

Fazer crer que o empreendedorismo é a panaceia para todas as dificuldades ecoa o conto antigo de Ícaro, uma narrativa da mitologia grega sobre a trajetória de Ícaro, filho de Dédalo, um hábil arquiteto e inventor. Dédalo e Ícaro foram encarcerados pelo rei Minos na ilha de Creta, após Dédalo auxiliar Teseu a derrotar o Minotauro. Para escapar, Dédalo concebeu um par de asas feitas de penas e cera para cada um. Dédalo alertou Ícaro para não alçar voo excessivamente alto, pois o calor solar poderia derreter a cera das asas, nem voar muito baixo, para não ser submergido pelas ondas do mar. Contudo, impulsionado pela emoção e pela liberdade do voo, Ícaro desconsiderou o conselho paterno e elevou-se demasiadamente, aproximando-se do sol. Quando o sol beijou suas asas, a cera se desfez, e Ícaro mergulhou no mar Egeu, não apenas vencido pelo calor, mas pela própria ilusão de poder tocar o céu (Hamilton, 2022).

O mito revela a tensão entre desejo e limite, liberdade e queda, elementos que encontram paralelo na racionalidade neoliberal, na qual o indivíduo é incitado a acreditar que pode ultrapassar qualquer barreira mediante esforço e autoinvestimento. Nessa perspectiva, o empreendedorismo funciona como as asas de cera de Ícaro: apresenta-se como instrumento de libertação, mas sustenta-se sobre uma base frágil, construída pela promessa de autonomia e sucesso individual. A educação empreendedora, ao difundir esse ideal ilimitado de superação, reforça a lógica do risco e da autossuficiência, convertendo o fracasso em culpa

peçoal e a vulnerabilidade em déficit de performance. Assim, o mito de Ícaro torna-se uma metáfora potente para compreender a forma como o neoliberalismo educa os sujeitos para desejar o voo, mas os responsabiliza pela queda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão acerca da educação empreendedora nos conduz a uma complexa teia de ideias, na qual os discursos sobre autonomia e sucesso individual se entrelaçam às exigências do mercado e às políticas educacionais vigentes. Este capítulo, ao investigar os alicerces teóricos que sustentam a educação empreendedora e suas implicações práticas na formação dos indivíduos e na estrutura social, explorou, por meio de analogias, o modo como o empreendedorismo opera no currículo, instigando-nos a reavaliar as narrativas que o apresentam como solução para os problemas sociais e econômicos.

O capitalismo, especialmente em sua vertente neoliberal, revela falhas estruturais recorrentes e tende a perpetuá-las. Contudo, sua capacidade de produzir crises e, simultaneamente, oferecer soluções superficiais é notável. O empreendedorismo emerge, assim, como uma espécie de curativo simbólico para as feridas da desigualdade social e da precarização do trabalho, problemas gerados pelo próprio sistema que o promove.

Adotar uma abordagem que promova o empreendedorismo como panaceia universal implica riscos consideráveis, sobretudo quan-

do desconsideram suas limitações e os desafios estruturais que persistem. Diante desse cenário, torna-se imprescindível repensar não apenas os métodos de ensino, mas também os conteúdos e os propósitos que orientam o processo educativo.

REFERÊNCIAS

- BALL, Stephen J. Vozes/redes políticas e um currículo neoliberal global. *Espaço do Currículo*, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 485-498, mar./set. 2010. Tradução de Angélica Maia. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>. Acesso em: 26 set. 2025.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo; SILVA, Edilson Adão Cândido da; FURQUIM JÚNIOR, Laercio. *Multiversos ciências humanas – trabalho, tecnologia e desigualdade: ensino médio*. São Paulo: FTD, 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 7 out. 2025.
- CANDIDO, Danielle; SILVA, Samuel Barbosa. O discurso da educação empreendedora e o efeito de metamorfose do sujeito em “empresa”. *Revista Leitura*, v. 72, jan./abr. 2022, p. 78-94. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/379026801_O_discurso_da_educacao_empreendedora_e_o_efeito_de_metamorfose_do_sujeito_em_empresa. Acesso em 12 out. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

DWECK, Carol S. *Mindset: a nova psicologia do sucesso*. Tradução de S. Duarte. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

FABRIS, Elisa Terezinha Hurley; LOPES, Maria Cecília de Araújo. *Inclusão & Educação*. Autêntica, 2016.

FALCÃO, Adriana. (2011). Hora e a vez de Agostinho Carrara (T11:E37). Em *A Grande Família* [Série de TV], dirigido por Luis Felipe Sá. TV Globo: Rio de Janeiro, Brasil.

FILISBINO, Fabrício; RODRIGUES, Sheila Rosane Vieira; BITTENCOURT, Ricardo Luiz de; RABELO, Giani. Perspectivas seminais sobre o currículo enquanto dispositivo de poder e subjetivação: uma abordagem foucaultiana. *Prisma*, v. 7, n. 1, p. 174-192, jan./jun. 2025. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/prisma/article/view/17173>. Acesso em: 26 set. 2025.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Tradução de Maria Theresa da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 27. ed. Tradução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução de Maria Theresa da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FRAIMAN, Leonardo de Perwin. *Pensar, sentir e agir: ensino médio*. São Paulo: FTD, 2020.

GANDIN, Luís Armando; LIMA, Iana Gomes de. Reconfiguração do trabalho docente: um exame a partir da introdução de programas de intervenção pedagógica. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 62, p. 663-677, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/HdLXYNdn5bq6q3LwXSS3gkP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 set. 2025.

HAMILTON, Edith. *Mitologia: contos imortais de deuses e heróis*. Tradução de Fernanda Abreu. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2022.

LA BOÉTIE, Étienne de. *Discurso da servidão voluntária*. Tradução de Gabriel Perissé. São Paulo: Editora Nós, 2016.

PAVAN, Ruth; BACKES, José Licínio. O processo de (des)proletarização do professor da educação básica. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, v. 29, n. 2, p. 35-58, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>. Acesso em: 26 set. 2025.

PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição. A influência do discurso neoliberal na governamentalidade pedagógica no Brasil contemporâneo. *Revista Cocar*, v. 14, n. 28, p. 521-540, jan/abr. 2020. Disponível em: ht-

[tps://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3136](https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3136). Acesso em 12 out. 2025.

SELIGMAN, Martin E. P. *Aprenda a ser otimista: como mudar sua mente e sua vida*. Tradução de Débora Landsberg. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE COACHING (SBC). *Quem somos*. 2025. Disponível em: <https://sbcie.com.br/>. Acesso em: 11 out. 2025.

SOUZA, A. P.; ASSUNÇÃO, F. L.. O neoliberalismo na educação. *Revista Contemporânea/Revista Unitoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação*, v. 02, n. 01, p. 51-61, out/dez. 2017.

SOUZA, Elaine Constant Pereira de; MARTINIÁK, Vera Lucia; VALLE, Maria Teresa Esteban do. Apresentação: Políticas educacionais, competências e habilidades: “novo” paradigma para formação continuada de professores? *Revista Momento – diálogos em educação*, v. 34, n. 1, p. 7-11, jan./abr. 2025. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/18998/11636>. Acesso em: 1 out. 2025.